

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

Taize de Araujo Medeiros, brasileira, divorciada, desempregada, Portador do RG n. 002152311 ITEP/RN, inscrito no CPF n. 049.244.804-36, residente e domiciliada na Rua Manoel Gonçalves de Melo, 176, Bairro Barra Nova, Caicó/RN, filha de Manoel Porfirio de Medeiros e Ezilda Batista de Araujo Medeiros, email (-).

OUTORGADO(A): Saniely Freitas Araújo, brasileira, solteira, advogada, OAB-RN 12574, com endereço profissional na Avenida Seridó, nº 330, Sala 03, Centro, Caicó/RN, CEP 59300-000.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhe os poderes da cláusula ad judicium et extra, para o foro em geral, e especialmente para: PROPOR Ação de Obrigação de Seguir Obediência - DPVAT em face de Signatário: LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, inscrita no CNPJ/CPF sob nº 09.248.608/0001-04, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogada acima descrita, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC/15). Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

DECLARAÇÃO: O(a)s outorgante(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como sua advogada a outorgada acima nomeada, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060 de 1950.

Caicó (RN), 26 de setembro de 2017.

Taize de Araújo Medeiros
Outorgante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
E CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR DE 002152311 ITEP RN

CPF 049.244.804-36 DATA NASCIMENTO 08/08/1983

FUNÇÃO
MANOEL PORFIRIO DE MEDEIROS
EZILDA BATISTA DE ARAUJO MEDEIROS

PERMISSÃO ACC CATEGORIA 13

Nº REGISTRO 06427793203 VALIDADE 12/01/2022 1ª HABILITAÇÃO 04/08/2015

OBSERVAÇÕES

Taize de Araujo Medeiros

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL CAICO, RN DATA EMISSÃO 17/01/2017

00417485713
RN702545686

ASSINATURA DO EMISSOR

RIO GRANDE DO NORTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1410787070

PROIBIDO PLASTIFICAR
1410787070





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOVA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150. Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

EZILDA BATISTA DE ARAUJO MEDEIROS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA MANOEL GONCALVES DE MELO 176

CPF 085 588 984-49

BARRA NOVA/AREA URBANA
CAICO RN
59300-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

CONTA CONTRATO

MÊS/ANO

0440158013

09/2017

DATA DE VENCIMENTO

DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

02/10/2017

25/10/2017

TOTAL A PAGAR (R\$)

273,01

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSION
001220715	UNICA	26/09/2017
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
25/09/2017	3000701921	124721

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	364,0000000	0,83651581	231,69
Acréscimo Bandeira AMARELA			8,83
Acréscimo Bandeira VERMELHA			3,21
Contribuição Iluminação Pública			24,01
Multa por atraso-NF 001250453 - 25/09/17			4,83
Juros por atraso-NF 001250453 - 25/09/17			0,32
Atualização ICSPM-NF 001250453 - 25/09/17			0,02

TOTAL DA FATURA

273,01

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO TESTE NOVA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR	LEITURA	DATA	ATUAL	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
250613	CAT	25/09/2017	7 064,00		25/09/2017	7 428,00		31	1,00000		364,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

MÊS/ANO kWh	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	Geração de Energia	R\$	29,52%
SET 17 354	ICMS			Transmissão	R\$ 9,30	3,81%
AGO 17 363	PIS	243,83	27,00	Distribuição (Cosern)	R\$ 48,41	19,85%
JUL 17 257	COFINS	243,83	1,31	Perdas de Energia	R\$ 11,30	4,88%
JUN 17 369		243,83	6,02	Encargos Setoriais	R\$ 18,54	7,80%
MAI 17 391				Tributos	R\$ 83,70	34,34%
ABR 17 422				Total	R\$ 243,83	100%
MAR 17 349						
FEV 17 455						
JAN 17 481						
DEZ 16 471						
NOV 16 420						
OUT 16 349						
SET 16 292						

TARIFAS APLICADAS

0,41800000

CBF 7330 D4F1 17FE 48BA 4CAC 26DF 3111

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br. O cliente é compensado quando há variação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2% (Res 414/ANEL), Juros 1% a.m (Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo de fôto para os períodos de atendimento comercial.

Não existem débitos de 2016 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais (Art. 4º, Lei 12.007/08). Esta declaração não se refere a débitos de parcelamentos ou créditos de débitos nem faturas em discussão judicial que podem ser cobradas após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERUPÇÕES

CONJUNTO	VALOR APLICADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
DIC CAICO						
PIC	0,06	5,43	10,86	21,73	220	202 231
DBIC	1,00	3,23	6,47	12,95		
	0,06	3,11	0,00	0,00		

Limite D4F1: 12,22

EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 71,04

CONTA CONTRATO

MÊS/ANO

DATA DE VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

0440158013

09/2017

02/10/2017

273,01

83860000002-6 73010038400-1 44015801320-9 00797209723-3



Assinado eletronicamente por: ANGELICA TEIXEIRA TOMAZ DE ARAUJO - 10/03/2019 22:55:13

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031022534524500000039017759>

Número do documento: 19031022534524500000039017759





(/)



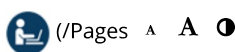
Buscar no site



Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE



(/Pages

/Acessibilidade.aspx)



(/Pages

/Atalhos-de-

Teclado.aspx)

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas

Médicas (/Pages

/Documentacao-

Despesas-

Medicas.aspx)

Documentos Invalidez

Permanente (/Pages

/Documentacao-

Invalidez-

Permanente.aspx)

Documentos Morte

(/Pages

/Documentacao-

Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis

(/Pages/Dicas-

Indispensaveis-Para-

Pedir-

a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages

/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos

Efetuados (/Pages

/Consulta-

a-Pagamentos-

Efetuados.aspx)

Informações Gerais

(/Pages/Informacoes-

Gerais-Sobre-

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170659749 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO****PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER

DPVAT - REGULAÇÃO

BENEFICIÁRIO TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS**CPF/CNPJ:** 04924480436**Posição em 21-04-2018 20:03:59**

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. [clique aqui](#)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes.aspx>) e nos envie um e-mail para que possamos checar melhor o seu caso. Entraremos em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.



o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



Serviços	Dúvidas e Respostas	Atendimento
Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)	A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)	Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
Consultar Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)	Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)	Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)	Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)	Reclamações e Sugestões (/Contato/Sac-DPVAT)
Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)	Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)	Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)	Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)	Denúncia de Fraudes (/Contato/Denuncia-de-Fraudes)
	Autoatendimento (/Seguro-DPVAT/autoatendimento)	

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE Ocorrência DE ACIDENTE DE TRâNSITO

BOAT 00567

1 - LOCAL E DATA

Local RJ 288 Bairro JONA RUZAL
Data/UF São José do Serido P. Ref. FAZENDA CARRO QUEBRADO
Data 24/09/2017 Hora do acidente 13:55 Hora do registro 14:30 Dia da semana DOMINGO

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☒ - Colisão Frontal ☐ - Colisão Lateral ☒ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☐ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s)

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi MXP-2372 Cidade NATAL UF RN
Marca/Mod. CORSA SEDAN PREMIUM Cor BRANCA Ano 2006 / 2006
Proprietário TAJSE DE ARAUJO MEDEIROS Nº de Ocupantes 04
Condutor TAJSE DE ARAUJO MEDEIROS Data de Nasc. 08/08/1983
Endereço R. MANOEL GONÇALVES DE MELO Nº 176 Fone (84) 996795852
Bairro BARRA NOVA Cidade CAJICÓ UF RN
CPF Nº 049.244.804-36 CNH Nº 06427793203 Validade 12/01/2022 Categoria B
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____



▼ Dados do Veículo de placa MXP2372				Em 11/04/2018 20:32:07	
Placa MXP2372	Renavam 875604161	Placa Anterior MXP2372/RN	Tipo 6-AUTOMOVEL	Categoria 1-Particular	Espécie 1-Passageiro
Lugares 5					
Marca/Modelo 149530-GM/CORSA SEDAN PREMIUM (Nacional)		Fabricação/Modelo 2006/2006	Potência 79	Combustível 16-Alcool-Gasol	Cor 3-BEGE
Carroceria 999-NAO APLICAVEL					
Nome do Proprietário TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS				Recadastrado DETRAN DetranNet	
Proprietário Anterior JOAO MARIA MESQUITA				Situação Lacre REGULAR modelo antigo	
Município de Emplacamento NATAL		Licenciado até 2018 em 10/04/2018, Licenciamento Anual no lote 011146 (CRLV sendo gerado)(Via 1)		Adquirido em Situação 25/09/2014 Em Circulação	
Restrição à Venda Alienação Fiduciária em favor de AYMORE CREDITO FINANC E INVEST SA				Carnê de Licenciamento 2018 Gerado em 06/03/2018 às 20:52 hs.	
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame Registro de Baixa de Alienação Fiduciária informado por AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIM em 04/11/2016 às 06h10min para TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS					
Impedimentos Nenhum impedimento registrado até esta data					
▼ Listagem de Débitos					
Nenhum débito em aberto cadastrado para este veículo.					
▼ Infrações em Autuação					
Num.Auto	Descrição			Local/Complemento	
UF:DN-000300-S002869408-6050	AVANCAR O SINAL VERMELHO DO SEMAFORO (ELETRÔNICO)			BR427 KM 100,5	
Em aberto	Em CAICO no dia 14/07/2017 às 23h27min				
UF:DN-000300-S002959880-6050	AVANCAR O SINAL VERMELHO DO SEMAFORO (ELETRÔNICO)			BR427 KM 99,48	
Em aberto	Em CAICO no dia 15/07/2017 às 01h22min				
UF:DN-000300-S003175874-6050	AVANCAR O SINAL VERMELHO DO SEMAFORO (ELETRÔNICO)			BR427 KM 99,48	
Em aberto	Em CAICO no dia 25/07/2017 às 00h38min				
UF:DN-000300-S003175954-6050	AVANCAR O SINAL VERMELHO DO SEMAFORO (ELETRÔNICO)			BR427 KM 100,5	
Em aberto	Em CAICO no dia 25/07/2017 às 00h39min				
▼ Listagem de Multas					
Nenhuma multa em aberto cadastrada para este veículo até o momento.					
▼ Último Processo					
Processo 30033302/2014	Interessado 30809606453	Início em 21/10/2014 às 11h35min			
Situação Encerrado		Final em 22/10/2014 às 10h57min			
Serviço		Execução em			
Transferência de Propriedade		Em 21/10/2014 às 11h35min por 19921233491			
Alienação Fiduciária		Em 21/10/2014 às 11h35min por 19921233491			
Geração de guia de pagamento		Em 21/10/2014 às 11h35min por 19921233491			
Auditoria		Em 22/10/2014 às 10h57min por 44378696487			
Emissão CRV(1ª via)		Em 22/10/2014 às 11h36min por 31894240472			
▼ Recurso de Infração					
Nenhuma Processo de Recurso de Infração cadastrado para este veículo até o momento.					
▶ Histórico de Impedimentos					
Nenhum impedimento cadastrado para este veículo.					

**Não Possui valor como
NADA CONSTA !**

Voltar





MUNICÍPIO DE CAICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DO SERIDO
CNPJ: 14.034.000/01
Praça Dr. José Medeiros 1187 - Centro, Caicó/RN
Tel.: 3411-2018

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL DO SERIDO

2 - CNES

2 6 6 5 7 7 8

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

Hospital do Serido

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Taise de Azeite Medeiros

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

7103 4104 215 813 81117

8 - DATA DE NASCIMENTO

08/08/1983

9 - SEXO

Masc. ☐ 1

Fem. ☒ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

Betida Batista de Azeite Medeiros

11 - TELEFONE DE CONTATO

84 9962 5466

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Rua Manoel Gonçalves de Melo, 176, Barra Branca

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Caicó - RN

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

3200057

15 - UF

RN

16 - CEP

55.000-000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente G2P1A0, há 15 dias repouso absoluto e monitora a maternidade. Realizou USG no parto com imagem sugestiva de gestação monofrênica. Foi orientada a repetir a USG para confirmação da suspeita. Após comparecer ao parto com novo exame (data 05/10/17), que confirma gestação monofrênica.

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Risco de vida

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

22 clínicos + 101 clínicos + USG

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Gestação monofrênica

21 - CID 10 PRINCIPAL

O01.0

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

O01.0

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

O01.0

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Curetagem uterina

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

041110210113

26 - CLÍNICA

OSPA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

urgente

28 - DOCUMENTO

☐ CNS ☐ CPF

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

0511017

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Dr. João de Deus

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

05/10/17

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Dr. Francisco Jares de Queiroz Silva
CRM 2245

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

000000000000000000

37 - Nº DO BILHETE

000000000000000000

38 - SÉRIE

000000000000000000

39 - CNPJ EMPRESA

000000000000000000

40 - CNAE DA EMPRESA

000000000000000000

41 - CBOR

000000000000000000

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

☐ EMPREGADO

☐ EMPREGADOR

☐ AUTÔNOMO

☐ DESEMPREGADO

☐ APOSENTADO

☐ NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

Dr. João de Deus

44 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

3200057

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

000000000000000000

46 - DOCUMENTO

☐ CNS ☐ CPF

47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

0511017

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

05/10/17

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Dr. João de Deus
CRM 2245



MUNICÍPIO DE CAICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DO SERIDÓ

CNPJ: 12.433.830/0001-91
Praça Dr. José Medeiros 1167 - Centro, Caicó/RN.
Tel. - 3421-2018

MAPA DE EVOLUÇÃO MÉDICA/ENFERMAGEM

REG. N°. 2303-17

NOME: Marise de Araujo Medeiros IDADE: 34 anos
PAI: Manoel Borjato de Medeiros
MÃE: Ezilda Batista de Araujo Medeiros
ESTADO CIVIL: Solteira SEXO: Feminino PROFISSÃO: Do lar
ENDEREÇO: Rua Manoel Gonçalves de Abo, 176, Ponta Nova
DIAGNÓSTICO: _____
DATA DE ADMISSÃO 05/10/17 1841906259553

DATA DE ADMISSÃO 05/10/2017 (84/996259663)

DATA	DO MÉDICO	ANOTAÇÕES
05/10/2017	Paciente admitida no serviço com VIG obstétrica transvaginal realizada hoje com imagem biográfica de gestação amembrionária já havia realizado exame ultrassonográfico anterior neste serviço também com imagem biográfica de gestação amembrionária (GTPA), com BEG; sem outros achados.	05/10/17 16:00 paciente gestante deu entrada neste setor deambulando consciente orientada q/VSG Suspeita de Gestação Amembrionária medicada com segue aos cuidados da equipe, realizando digox admi- nistrado 800mg de misoprostol V.V. Maria do Carmo Costa Lima COREN/RN 10.918-TE enfermeira
06/10/17	Curetagem Uterina	Realizada às 05:30 as 17 horas em sala de parto e no momento da realização da curetagem o feto não estava mais vivo. Rogério Marcelino D. de Siqueira enfermeiro COREN/RN: 236.900
07/10/17	Apt Hg + Fe	06/10/17 Paciente curatela das 15 horas após efeito dos medicamentos encaminhado para a enfermagem aparentemente bem Taíno Clemente 223.192 TEC

CONTINUA NO VERSO



Prescrições Médicas e
Controle de Aplicação

Nome do Paciente

Nº do Registro	
----------------	--

Día 08/10/17

[illegible]

Nº do Leito

Dia 06/10/17

Dia 02/10

PRESCRIÇÃO MÉDICA

- 1) Diete zenc
- 2) Dose floareada 500 ml, IV
- 3) Purcelan compote 1 amole + ABD, pe doz. IV.
- 4) Duroprazol 200 mg, 4 comp. via. oral. de 6 am la
- 5) celule lim. 1 gh + 1 labol ¹⁰ 12/12 gh
- 6) Diproson 2 p + 1 labol ¹⁰ 6/6 h se T:

HORÁRIO

HORÁRIO

HORÁRIO

ASSINATURA MÉDICA

[Handwritten notes and stamps are visible on the right side of the page, including "RECEIVED", "JAN 10 1968", and "U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE".]

CREAMER
MAFG CO
Dr. Will. L. M.
Bates

Cours de Quirios
 Alal Onstetric
 2249

ALFGRAN (84) 3417-2206



D - RELATÓRIO DA SALA DE CIRURGIA

Nome: *Taise de Azevedo Medeiros*

Sexo: *Feminino*

Idade: *34 anos*

Data: *05/10/2017*

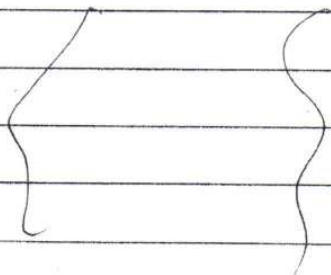
Início:

Término:

RELATÓRIO DA CIRURGIA:

*Aspiração Vaginal Primes Vaginal
e Histerectomia da cav. uterina
(curatagem)*

*embolização Vaginal
AVPT*



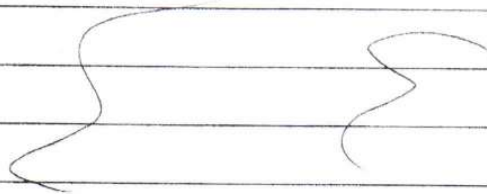
Diagnóstico:

Adenocarcinoma do endométrio

Intervenção Realizada:

Curatagem + embolização

Observações:



[Signature]

Angélica Teixeira Tomaz de Araujo
2015

Cirurgião:





MUNICÍPIO DE CAICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DO SERIDÓ
CNPJ: 12.433.830/0001-91
Praça Dr. José Medeiros 1167 - Centro, Caicó/RN.
Tel. - 3421-2018

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO:		CBO: 225250 OBSTETRÍCIA () 225124: PEDIATRIA ()	
Ordem: 02	Data: 24-09-17	Hora: 14:26	
Nome do Paciente: Jairo de Oliveira Medeiros			
Data de Nascimento: 08-08-83			
RG: 14526			
Cartão SUS: 40258438117 CPF: 14526			
Endereço: Manoel Gonçalves de Melo 176 Bairro: BORGES			
Cidade: Riachão Telefone: 996795852			
CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO			
APARENTEMENTE BOM () REGULAR () CIDISPNEIA () EM CONVULSÃO () OUTROS ()			
HISTÓRIA - CAUSA DO ATENDIMENTO: Paciente com queixa de dor em baixo ventre, após término da menstruação. Refere náuseas e vômitos. Exame físico: PA 100/70, FC 70, Sinais vitais normais. Exames complementares solicitados: USTV. USTV (gestão em bom nível).			
EXAME FÍSICO - LESÕES OU AFECÇÕES ENCONTRADAS:			
TA 100/70 mmHg	Pulso:	Respiração:	Temperatura:
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO: Menstruação normal			
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS: USTV			
DESTINO DO PACIENTE: INTERNO () LIBERADO () REMOVIDO () PARA: DATA: 24/09/17			
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO: Silvia Castilho de Araújo CRM 7401			



REG. N° 2303-17

Taise de Arap Medeiros

34 ans

8

03

SUS

Subj: Manoel Gonçalves de Melo, 176, Bona, São

DATA	HORA	PRESSÃO ARTERIAL	TEMPERATURA	PULSO/RESPIRAÇÃO	ASSINATURA
05/00/17	17:00	-	38°C	-	Int. Idiana
	17:15	120 x 60 mmHg	38°C	80 - 20	Art. B...
05/00/17	18:00	110 x 70	38°C	90 - 20	Int. Idiana
	18:20	110 x 80	37.5°C	80 - 20	Art. B...





MUNICÍPIO DE CAICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DO SERIDÓ
CNPJ: 12.433.830/0001-91
Praça Dr. José Medeiros 1167 - Centro, Caicó/RN.
Tel. - 3421-2018

ANAMNESE
E
EXAME FÍSICO

RESUMO
DA
ALTA

NOME DO PACIENTE

Nº DO REGISTRO

DATA ADMISSÃO

Taise de Azevedo Medeiros

2303-17

05/10/17

QUEIXA PRINCIPAL, HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL, ANTECEDENTES, EXAME FÍSICO

Q. P.:

H. D. A.:

gestão no 1º trimestre +
presença de pontos ovais
por um cat. pe. F. e. u.

A. P. P.:

E. F. L.:

ASS. MÉDICO

RESUMO DA ALTA

Procedimento Realizado

Diagnóstico Final

Tipo de Procedimento

☐ Limpo ☐ Potencial M. Contaminado
☐ Infectado ☐ Contaminado

S A I D A

Data 02/10/17 Hora 10h

Apresentou Infecção?

Foi Utilizado Antimicrobiano?

☐ Hospitalar ☐ Comunitária ☒ Não ☒ Profilaticamente ☐ Terapeuticamente ☐ Não

Motivo da Saída (AIH)

Se Motivo Saída = 1 Assinale Detalhadamente da Alta

☒ 1 Alta ☐ 2 Remoção ☒ 3 Curado ☐ 4 Melhorado ☐ 5 Inalterado ☐ 6 A Pedido ☐ 7 Inter p/ Diagnóstico
☐ 8 Óbito até 24 horas ☐ 9 Óbito após 24 horas ☐ 10 Administrativo ☐ 11 Por Indisciplina ☐ 12 Evasão ☐ 13 P/ Complementação

Preencher se Motivo = 2 (Remoção)

Indicação Clínica

Destino

Preencher se Motivo Saída = Óbito

Causa Mortis

Ocorreu Óbito

Causado por Infecção

☐ Sim ☐ Não

Médico Responsável (Carimbo Ass.)

Francisco Jares de Queiroz Silveira
Geral - Obstetrícia

PREENCHIMENTO PELO MÉDICO



Assinado eletronicamente por: ANGELICA TEIXEIRA TOMAZ DE ARAUJO - 10/03/2019 22:55:16

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031022543574800000039017766>

Número do documento: 19031022543574800000039017766



Nome: Taize de Araújo Medeiros
Convênio: Particular.

Registro 22791
Data 05/10/17

ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA TRANSVAGINAL

Exame realizado com transdutor convexo multifrequencial de alta resolução

Bexiga cheia, paredes finas, sem alterações no seu lúmen.

Útero em retroversão, aumentado de tamanho (242,1 cm³) contornos nítidos e regulares. Colo medindo 5,7 por 2,6 cm. Orifício interno sem sinais de dilatação.

Presença de saco gestacional disforme, intra-útero localizado na região fúndica, de contornos nítidos e regulares medindo 3,2 cm de diâmetro.

Ecogenicidade preservada das paredes do saco gestacional.

Embrião e vesícula vitelínica não visualizados.

Presença de várias áreas de descolamento ovular.

Anexos sem alterações de nota.

Ausência de massa ou líquido livre no fundo de saco posterior.

CONCLUSÃO

Aspecto ecográfico compatível com abortamento.

*Observar e referir este paciente.


Dra. Creuzelina de Medeiros Melquiades
Radiologista - CRM 4397





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Caicó
Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Processo: 0800766-50.2019.8.20.5101 - [Seguro obrigatório - DPVAT]

Autora: TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

De acordo com o § 3º, do art. 99, do NCPC, “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”, todavia o § 2º, do mesmo artigo e diploma legal, estabelece que “o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos”.

Assim, considerando que não há elementos nos autos que permitam a esse julgador aferir a condição de hipossuficiência alegada pela parte requerente, intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de rendimentos, folha de pagamento atualizada ou outro documento comprobatório da insuficiência de recursos para custear o processo.

Decorrido o aludido prazo, com ou sem o cumprimento da determinação, devidamente certificado, voltem-me conclusos para a análise do pedido de gratuidade.

CAICÓ, 20 de agosto de 2019

LUIZ ANTONIO TOMAZ DO NASCIMENTO

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



**EXCELETÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAICÓ – RN**

Processo: 0800766-50.2019.8.20.5101

Autora: TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

**Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A.**

TAIZE DE ARAÚJO MEDEIROS, já qualificada, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus advogados infra-assinados, apresentar a **CTPS**, com fito de comprovar seus rendimentos, que seria de aproximadamente **01 (um) salário-mínimo**.

Posta assim a questão, reitera-se o pleito pela concessão da **JUSTIÇA GRATUITA**.

Termos em que,

Pede deferimento.

10 de outubro de 2019, Natal - RN

ANGÉLICA TEIXEIRA TOMAZ DE ARAÚJO

OAB/RN 13.002



SANIELY FREITAS ARAÚJO

OAB/RN 12.574



CONTRATO DE TRABALHO

Emp.: J BATISTA DE MEDEIROS DISTRIBUIDORA
 CNPJ: 34.445.634/0002-50 Nº: 0058
 End: RUA PRESIDENTE QUARESMA
 Esp. Estabelec.: UF: RN
 Cidade: NATAL
 Cargo: OPERADOR DE CAIXA
 C.B.O. nº: 4211-25 Admissão: 20/09/2019
 Nº Registro:
 Remuneração: R\$ 1.035,00 por mês
 Um Mil e Trinta e Cinco Reais

Joselene Batista de Medeiros
 JOSILENE BATISTA DE MEDEIROS
 CPF: 696.165.104-30

DATA DE SAÍDA: DE DE DE
 DATA DE INGRESSO: DE DE DE

COM DISPENSAÇÃO N.º
 QUIS Nº DA CONTA

09

TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

RELACÃO: MANOEL ROSEIRIO DE MEDEIROS
 NASCIMENTO: 09/09/1983
 ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
 SEXO: FEMININO
 ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE QUARESMA
 DOCUMENTO: 2276925
 LEI Nº 9.049 DE 19 DE MAIO DE 1996
 CPF: 049.244.804-39
 TIT. ELEITOR: 021843281600 SEÇÃO: 0025
 LOCAL/DATA DE EMISSÃO: NATAL/RN 20/09/2019

Taize de Araújo Medeiros

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

132.81374.64-5

2276925 003-0 RN

Taize de Araújo Medeiros

Taize de Araújo Medeiros





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Caicó
Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Processo: 0800766-50.2019.8.20.5101

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Compulsando os autos, de forma específica a procuração ID nº 40330201 - Pág. 1, verifico evidente a irregularidade de representação quanto à parte autora, tendo em vista que o instrumento processual mencionado habilita apenas a Sra. Saniely Freitas Araújo para resguardar os endereços da parte autora, enquanto que a Petição Inicial, apesar de constar o nome da referenciada Advogada, não foi por ela assinada, bem como nos outros documentos carreados aos autos.

Assim, intime-se a parte autora, na pessoa de sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar o polo ativo da demanda, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Cumpra-se. Publique-se.

CAICÓ/RN, 14 de fevereiro de 2020

LUIZ ANTONIO TOMAZ DO NASCIMENTO

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



SUBSTABELECIMENTO

Por este instrumento particular, substabeleço, com reserva de iguais, na pessoa do(a) Dr(a). ANGELICA TEIXEIRA TOMAZ DE ARAUJO, OAB/RN n. 13.002, os poderes conferidos por **TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS**, inscrito no CPF sob o n. 049.244.804-36, nos autos do processo nº 0800766-50.2019.8.20.5101, que move em face da **SEGURADORA DPVAT**, perante a 2ª Vara da Comarca de Caicó/RN.

Caicó/RN, data do protocolo eletrônico.

SANIELY FREITAS ARAÚJO

OAB/RN 12574





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Caicó
Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Processo: 0800766-50.2019.8.20.5101

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Prevê o art. 334 do Código de Processo Civil de 2015 que caso a petição inicial preencha os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o magistrado designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

A presente demanda, por sua vez, trata de procedimento comum na qual a parte autora alegou ter sido vítima de acidente de trânsito, vindo a sofrer intervenções em parte do corpo permanentemente comprometedoras de suas funções, fazendo jus, portanto, à quantia monetária referente à demonstrativo do seguro DPVAT.

Conforme enunciado da súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

A prática forense demonstra que em demandas desse tipo, somente são ajuizados os casos em que os seguros não foram pagos ou, se pagos, não atenderam à expectativa dos envolvidos quanto ao grau de invalidez pertinente, tendo em vista que não há nenhuma informação ao beneficiário dos critérios médicos usados. É, portanto, extremamente necessária a realização de perícia médica que determine com absoluta precisão a gradação da debilidade da parte do corpo humano atingida, para que se possa quantificá-la de acordo com a tabela vigente à lei nº 6.194/74 e conforme ao teor da súmula apontada. Assim, antes do processo ser iniciado, o segurado já tentou, por vias administrativas, receber o valor monetário pertinente à sua debilidade, muitas vezes insuficiente por não se saber com precisão a extensão do dano sofrido.

No presente caso, portanto, se incubir de realizar uma prévia tentativa de conciliação e mediação, ressalte-se já antes tentada comprovadamente por vias administrativas, sem saber com exatidão a extensão do dano para adaptá-lo à tabela oficial resulta-se em medida ineficaz, tanto que a usual prática de mutirões de conciliação referentes à ações judiciais envolvendo seguro DPVAT acontecem com a realização simultânea de perícia médica para determinar a lesão no requerente. A partir da quantificação do dano é que as partes envolvidas lançarão suas propostas, comparando-a com a referida tabela.

Nestas situações, a perícia não é apenas essencial para a solução do mérito, mas sim para a própria conciliação prévia, sendo então medida elementar para a celeridade processual dispensar, momentaneamente, a audiência a que se refere o art. 334 do CPC/15, postergando a sua realização para momento oportuno quando já realizada a perícia médica, em especial quando a parte autora já se manifestou contrariamente à sua realização de maneira prévia.

Pelo exposto, deixo de agendar momentaneamente a audiência de conciliação e mediação.

Defiro o requerimento de justiça gratuita.



Proceda-se à citação da parte ré, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o da regra do art. 344 do NCPC.

Caso haja contestação e havendo nesta arguição de preliminar ou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, artigos 350 e 351), dê-se vistas ao autor, através de seu advogado, a fim de que se pronuncie a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo sempre a Secretaria conforme o disposto no art. 203, § 4º, do NCPC.

Na hipótese de a citação não ser levada a efeito, intime-se igualmente o autor, por seu advogado, no prazo supra, para se pronunciar sobre a diligência negativa.

Com ou sem contestação ou, após a manifestação sobre a contestação, se for o caso, faça-se conclusão.

Diligências necessárias.

CAICÓ/RN, data da assinatura eletrônica.

LUIZ ANTONIO TOMAZ DO NASCIMENTO

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Caicó
Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Processo: 0800766-50.2019.8.20.5101

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Prevê o art. 334 do Código de Processo Civil de 2015 que caso a petição inicial preencha os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o magistrado designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

A presente demanda, por sua vez, trata de procedimento comum na qual a parte autora alegou ter sido vítima de acidente de trânsito, vindo a sofrer intervenções em parte do corpo permanentemente comprometedoras de suas funções, fazendo jus, portanto, à quantia monetária referente à demonstrativo do seguro DPVAT.

Conforme enunciado da súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

A prática forense demonstra que em demandas desse tipo, somente são ajuizados os casos em que os seguros não foram pagos ou, se pagos, não atenderam à expectativa dos envolvidos quanto ao grau de invalidez pertinente, tendo em vista que não há nenhuma informação ao beneficiário dos critérios médicos usados. É, portanto, extremamente necessária a realização de perícia médica que determine com absoluta precisão a gradação da debilidade da parte do corpo humano atingida, para que se possa quantificá-la de acordo com a tabela vigente à lei nº 6.194/74 e conforme ao teor da súmula apontada. Assim, antes do processo ser iniciado, o segurado já tentou, por vias administrativas, receber o valor monetário pertinente à sua debilidade, muitas vezes insuficiente por não se saber com precisão a extensão do dano sofrido.

No presente caso, portanto, se incubir de realizar uma prévia tentativa de conciliação e mediação, ressalte-se já antes tentada comprovadamente por vias administrativas, sem saber com exatidão a extensão do dano para adaptá-lo à tabela oficial resulta-se em medida ineficaz, tanto que a usual prática de mutirões de conciliação referentes à ações judiciais envolvendo seguro DPVAT acontecem com a realização simultânea de perícia médica para determinar a lesão no requerente. A partir da quantificação do dano é que as partes envolvidas lançarão suas propostas, comparando-a com a referida tabela.

Nestas situações, a perícia não é apenas essencial para a solução do mérito, mas sim para a própria conciliação prévia, sendo então medida elementar para a celeridade processual dispensar, momentaneamente, a audiência a que se refere o art. 334 do CPC/15, postergando a sua realização para momento oportuno quando já realizada a perícia médica, em especial quando a parte autora já se manifestou contrariamente à sua realização de maneira prévia.

Pelo exposto, deixo de agendar momentaneamente a audiência de conciliação e mediação.

Defiro o requerimento de justiça gratuita.



Proceda-se à citação da parte ré, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o da regra do art. 344 do NCPC.

Caso haja contestação e havendo nesta arguição de preliminar ou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, artigos 350 e 351), dê-se vistas ao autor, através de seu advogado, a fim de que se pronuncie a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo sempre a Secretaria conforme o disposto no art. 203, § 4º, do NCPC.

Na hipótese de a citação não ser levada a efeito, intime-se igualmente o autor, por seu advogado, no prazo supra, para se pronunciar sobre a diligência negativa.

Com ou sem contestação ou, após a manifestação sobre a contestação, se for o caso, faça-se conclusão.

Diligências necessárias.

CAICÓ/RN, data da assinatura eletrônica.

LUIZ ANTONIO TOMAZ DO NASCIMENTO

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Caicó
Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Processo: 0800766-50.2019.8.20.5101

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: TAIZE DE ARAUJO MEDEIROS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Prevê o art. 334 do Código de Processo Civil de 2015 que caso a petição inicial preencha os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o magistrado designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

A presente demanda, por sua vez, trata de procedimento comum na qual a parte autora alegou ter sido vítima de acidente de trânsito, vindo a sofrer intervenções em parte do corpo permanentemente comprometedoras de suas funções, fazendo jus, portanto, à quantia monetária referente à demonstrativo do seguro DPVAT.

Conforme enunciado da súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

A prática forense demonstra que em demandas desse tipo, somente são ajuizados os casos em que os seguros não foram pagos ou, se pagos, não atenderam à expectativa dos envolvidos quanto ao grau de invalidez pertinente, tendo em vista que não há nenhuma informação ao beneficiário dos critérios médicos usados. É, portanto, extremamente necessária a realização de perícia médica que determine com absoluta precisão a gradação da debilidade da parte do corpo humano atingida, para que se possa quantificá-la de acordo com a tabela vigente à lei nº 6.194/74 e conforme ao teor da súmula apontada. Assim, antes do processo ser iniciado, o segurado já tentou, por vias administrativas, receber o valor monetário pertinente à sua debilidade, muitas vezes insuficiente por não se saber com precisão a extensão do dano sofrido.

No presente caso, portanto, se incubir de realizar uma prévia tentativa de conciliação e mediação, ressalte-se já antes tentada comprovadamente por vias administrativas, sem saber com exatidão a extensão do dano para adaptá-lo à tabela oficial resulta-se em medida ineficaz, tanto que a usual prática de mutirões de conciliação referentes à ações judiciais envolvendo seguro DPVAT acontecem com a realização simultânea de perícia médica para determinar a lesão no requerente. A partir da quantificação do dano é que as partes envolvidas lançarão suas propostas, comparando-a com a referida tabela.

Nestas situações, a perícia não é apenas essencial para a solução do mérito, mas sim para a própria conciliação prévia, sendo então medida elementar para a celeridade processual dispensar, momentaneamente, a audiência a que se refere o art. 334 do CPC/15, postergando a sua realização para momento oportuno quando já realizada a perícia médica, em especial quando a parte autora já se manifestou contrariamente à sua realização de maneira prévia.

Pelo exposto, deixo de agendar momentaneamente a audiência de conciliação e mediação.

Defiro o requerimento de justiça gratuita.



Proceda-se à citação da parte ré, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o da regra do art. 344 do NCPC.

Caso haja contestação e havendo nesta arguição de preliminar ou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, artigos 350 e 351), dê-se vistas ao autor, através de seu advogado, a fim de que se pronuncie a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo sempre a Secretaria conforme o disposto no art. 203, § 4º, do NCPC.

Na hipótese de a citação não ser levada a efeito, intime-se igualmente o autor, por seu advogado, no prazo supra, para se pronunciar sobre a diligência negativa.

Com ou sem contestação ou, após a manifestação sobre a contestação, se for o caso, faça-se conclusão.

Diligências necessárias.

CAICÓ/RN, data da assinatura eletrônica.

LUIZ ANTONIO TOMAZ DO NASCIMENTO

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

